

Desenvolvimento Infantil Pleno: Igualdade, Equidade e Oportunidade no Brincar

Dafne Herrero¹

A *abordagem ecológica* baseia-se na relação entre as capacidades da criança e o seu envolvimento ambiental. As capacidades são escolhidas em função da importância social e é dada permanente ênfase ao ambiente.

O desenvolvimento infantil pode ser visto e compreendido por vários aspectos, mas de uma forma mais ampla, ele é visto como um processo que tem início na vida intrauterina e envolve o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades relativas ao comportamento social, cognitivo e afetivo da criança. Tendo como objetivo torná-la apta para responder às suas necessidades e às do seu meio, considerando seu contexto de vida em casa, na escola e nos ambientes de convivência (VYGOTSKY, 1995; BRONFENBRENNER, 1996; nunes, 2004).

A passagem de uma fase a outra é marcada não pela simples evolução, mas por uma revolução que implicaria mudanças qualitativas na vida da criança. Esse processo não pode ser separado assepticamente da inserção da criança em ambientes de convivência e do reflexo desta nas suas necessidades, em sua motivação e em seu desenvolvimento intelectual.

A movimentação da criança e sua interação com o meio e com seus pares, a depender do contexto e do tempo, é o que pode estimular e desenvolver suas competências ou suas disfunções (BRONFENBRENNER, 2001). Ou seja, da relação e construção da interação da criança com o mundo dependerá potencializar ou enfraquecer suas capacidades e possibilidades.

Na *primeira infância*, o período considerado fundamental para o pleno desenvolvimento da criança, é onde há um impacto importante em sua situação social, psicológica e econômica. Nessa fase ela precisa ser estimulada: pela brincadeira, pelo ritmo das músicas e a oportunidade de comunicar-se, além de receber atendimento em saúde, educação e apoio afetivo da sua família (UNICEF, 2006).

¹ Doutoranda em Ciências da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP pelo Departamento de Saúde Materno Infantil, Mestre pela mesma Universidade, Consultora do Brincar pela International Play Association - Brasil (IPA - Associação Brasileira pelo Direito de Brincar e a Cultura).

Quando a criança possui alguma *deficiência* motora, sensorial ou intelectual pode haver limitação na construção da interação e brincadeira com o outro e, para que o processo do desenvolvimento siga de forma satisfatória, há a necessidade do auxílio e/ou intervenção de seus pares, o que facilitará a resposta de forma mais espontânea, divertida e estratégica frente as suas adversidades diárias (HERRERO, 2008).

Na *interação*, segundo estudo, sabe-se que os variados graus de acometimento e as condições individuais das crianças com deficiência exigem diferentes formas de apoio para sua melhor performance (STELMACHUK, 2012). Na intervenção citada por Nunes (2004), os aspectos clínicos deixam de ser uma prioridade ao olharmos a deficiência, e é dada uma ênfase maior para as capacidades e competências da criança.

Estudos publicados na revista científica *nature* indicam que o nosso cérebro é produto da genética e do meio ambiente e as experiências da infância são conhecidas como cruciais para o seu desenvolvimento. Portanto, não é surpresa que crianças de famílias que têm maior acesso à educação de qualidade tendem a ter um melhor desempenho escolar. Essencial, pois, ter em mente a conclusão dos estudos indicados, já que os cientistas concluíram que as consequências negativas não são inevitáveis e que as intervenções adequadas e com recursos, principalmente em educação e saúde/lazer, podem mudar para melhor a realidade de milhares de crianças.

Este fato fortalece, portanto, a necessidade do investimento na infância para se alcançar um processo de desenvolvimento humano integrador, equitativo e sustentável para as gerações do presente e do futuro, com benefícios para toda a população. Investir na efetivação dos *direitos de crianças* e adolescentes constantes tanto na convenção sobre os direitos da criança da ONU (CDC) e no estatuto da criança e do adolescente (ECA) é uma forma efetiva para contribuir para o processo de mudança social através do qual, as sociedades se tornam mais justas e as economias mais fortes e prósperas, à medida que se percebe a redução de desigualdades e o oferecimento equitativo de oportunidades de aprendizagem as crianças com e sem deficiência.

Em relação aos direitos voltados para as crianças com deficiência a linha do tempo estrutura-se pela construção da história da inclusão e a busca pela igualdade de oportunidades na conferência mundial sobre educação para todos (UNESCO, 1990), a conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade (UNESCO, 1994); o fórum mundial de educação – o compromisso de Dakar (UNESCO, 2000), em 2006; a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2008) onde a educação inclusiva é reafirmada como um

direito em todos os níveis de ensino e ao longo da vida; e a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) onde considera-se que é na escola regular que todas as crianças e jovens devem ser educadas, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outra; por sua vez, as diferenças individuais são perspectivadas não como algo negativo que é necessário combater, mas sim como um valor de referência de cada aluno e sua necessidade de aprendizagem.

E, uma vez que a educação inclusiva tem vindo a ser reconhecida como uma meta a atingir pelos sistemas educativos em todo o mundo, alguns autores sublinham a urgência de criar comunidades de *aprendizagem inclusivas* para todos os alunos (CURCIC, 2009; KATZ, 2012; 2013; UNESCO, 2009). Principalmente após a implementação da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lbi - lei 13.146/15) que entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2016. a nova legislação garante mais direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos discriminatórios. A mesma inclui, no art. 27, as questões de promoção da igualdade, avaliação multidisciplinar, consideração de tecnologia assistiva e eliminação de barreiras arquitetônicas, adoção de práticas pedagógicas inclusivas, oferta de material em libras e braile, além dos profissionais de apoio sem que haja custo para o sistema público e privado.

Nesta prática de desenvolvimento das crianças com deficiência a importância do brincar já foi reconhecida como uma ação compartilhada nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. O brincar seria a forma de a criança receber, reter, associar, processar e devolver a informação para o meio na sua relação com seus pares, a família, a escola e seus ambientes de convivência.

Assim, tal *importância do brincar* e da brincadeira aparecem em diversos documentos legais internacionais e nacionais, dos quais destacamos o artigo 31 da CDC “(...) os estados partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística. ”